



ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR TRANSFORMAÇÃO DO INSTRUMENTO DE SOCIEDADE
LIMITADA UNIPESSOAL (SLU) EM SOCIEDADE LIMITADA (LTDA)

TARGET SOLUÇÕES EM HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA.

Pelo presente instrumento **JOSÉ ROBERTO DA SILVA SANZO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido a 09 de Julho de 1.970, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 18.600.064-9-SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 084.840.628-13, residente e domiciliado a Estrada do Campo Limpo nº 6.903 – casa 44, no bairro de Pirajussara, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05787-000, titular da empresa **TARGET SOLUÇÕES EM HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA.**, estabelecida à Rua Domingos de Meira nº 55, no bairro de Jardim Maria Duarte, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05752-490, inscrita no CNPJ sob nº 05.910.380/0001-15, com ato constitutivo arquivado na JUCESP sob nº 814.246/18-7, em sessão de 02 de maio de 2018, ora transforma seu registro de Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) em SOCIEDADE LIMITADA.

Resolve, alterar por transformação a Sociedade Limitada Unipessoal passando a constituir o tipo jurídico de Sociedade Limitada, uma vez que admite o sócio **FERNANDO MARZAGÃO CASSAGUERRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, nascido aos 16 de dezembro de 1963, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 11.620.581-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 022.564.698-67, inscrito no Conselho Regional de Administração de São Paulo sob o nº 66136-SP, residente e domiciliado à Rua David Ben Gurion, nº. 955, T4 apto. 211, bairro Jardim Monte Kemel, CEP 05634-001, São Paulo – SP, mediante as seguintes cláusulas:

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO

Fica transformada a natureza jurídica desta Sociedade Limitada Unipessoal, passando a constituir o tipo jurídico SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, adotando, assim, o seguinte nome empresarial (razão social): **TARGET SOLUÇÕES EM HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA.**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes ao tipo jurídico ora transformado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO INGRESSO DE SÓCIO

Com a alteração do tipo societário, é admitido como sócio o **FERNANDO MARZAGÃO CASSAGUERRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, nascido aos 16 de dezembro de 1963, portador da cédula de identidade RG nº 11.620.581-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 022.564.698-67, inscrito no Conselho Regional de Administração de São Paulo sob o nº 66136-SP com endereço à Rua David Ben Gurion, nº. 955, T4 apto. 211, bairro Jardim Monte Kemel, CEP 05634-001, São Paulo – SP.

CLÁUSULA TERCEIRA – REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O sócio **JOSÉ ROBERTO DA SILVA SANZO** cede e transfere neste ato 30.000 cotas sociais, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), ao sócio ingressante **FERNANDO MARZAGÃO CASSAGUERRA**.

Após a integralização, o capital social ficará assim distribuído:

SÓCIO	COTAS	VALOR
José Roberto da Silva Sanzo	70.000	R\$ 70.000,00
Fernando Marzagão Cassaguerra	30.000	R\$ 30.000,00
TOTAL	100.000	R\$ 100.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA ADMINISTRAÇÃO

Diante da alteração contratual, com o ingresso do sócio, altera-se a cláusula sétima (da administração), passando a constar com a seguinte redação:

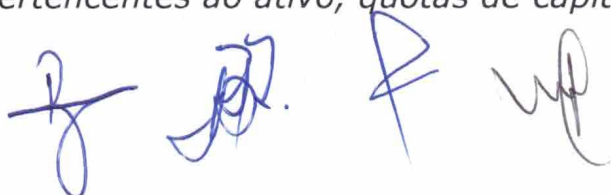
"7.1. A sociedade será administrada pelos sócios ISOLADAMENTE OU EM CONJUNTO, sendo que estão investidos de todos os poderes de gerência

necessários à administração da sociedade, podendo praticar os seguintes atos:

- (i) praticar os atos ordinários de gerência;
- (ii) representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro, bem como representação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- (iii) contratação, demissão e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do Ministério do Trabalho;
- (iv) emitir faturas;
- (v) outorga, aceitação e assinatura de contratos ou atos jurídicos em geral, com assunção de obrigações e outras cláusulas;
- (vi) abertura e encerramento de contas bancárias, emitindo, endossando e recebendo cheques e ordens de pagamento;
- (vii) aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, somente se resultantes de atividade da sociedade;
- (viii) constituição de procurador ad judicia, com poderes determinados, podendo haver mais de um procurador;
- (ix) constituição de procurador ad negotia com poderes determinados, podendo haver mais de um procurador;
- (x) receber e dar quitação de crédito, em moedas e valores, desde que em negócios realizados pela sociedade;
- (xi) receber citação em ações judiciais ou procedimentos administrativos contra a empresa propostos;
- (xii) representar a sociedade perante a unidade da Secretaria da Receita Federal com jurisdição sobre o domicílio fiscal da mesma, conforme o disposto pela Instrução Normativa nº 200, de 13 de setembro de 2002.

7.2 - Os atos abaixo identificados somente poderão ser praticados com a assinatura e anuência de ambos os sócios, que atualmente representam 100% do capital social:

- (i) comprar, vender, hipotecar, alienar, caucionar, transferir bens imóveis e móveis desde que pertencentes ao ativo, quotas de capital e direitos a



eles relativos desde que as quotas pertençam aos outros sócios, fixando e aceitando preços de pagamento, recebendo e dando quitações, transferindo e emitindo posse e domínio e transigindo em nome da sociedade;

(ii) prestar avais ou fianças em favor de terceiros, desde que inerentes ao objeto social da empresa;

(iii) contratar empregados com estipulação da cláusula de indenização compensatória mais ampla que a prevista nos artigos 477 e 478 da Consolidação das Leis do Trabalho.

7.3 - *É absolutamente vedado, sendo nulo e inoperante em relação à sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais.*

7.4 - *Nas deliberações, os sócios darão preferência à forma estabelecida no §3º, do art. 1.072, do Código Civil, sendo que poderão ser convocados consoante o disposto no §2º do mesmo artigo.*

7.5 - *Os sócios administradores, quando no efetivo exercício de suas funções, farão jus a uma retirada mensal a título de Pró-labore, importância esta de comum acordo entre as partes, obedecidos os limites permitidos pela legislação em vigor e de acordo com as possibilidades financeiras da sociedade."*

CLÁUSULA QUINTA – DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Os sócios decidem por alterar o contrato social, com o objetivo de permitir a retirada antecipada de lucros da sociedade, de forma a incluir o parágrafo único na cláusula oitava, que passa a ter a seguinte redação:

§ Único: *Decidindo os sócios pela distribuição dos lucros, estes poderão ser adiantados mensalmente por um montante a ser fixado e distribuído de comum acordo entre eles.*

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no ato constitutivo e eventuais e subsequentes alterações não alcançadas pelo presente instrumento, continuam em



vigor, assim como, em vista das alterações ocorridas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

DA CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Denominação

A sociedade detém o nome empresarial **TARGET SOLUÇÕES EM HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Sede

A empresa está estabelecida a Rua Domingos de Meira nº 55, no bairro de Jardim Maria Duarte, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05752-490.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Capital Social

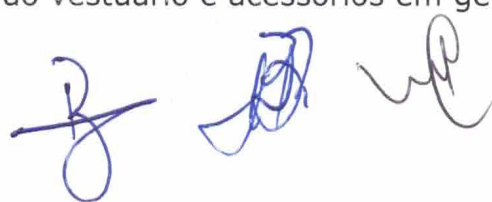
O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, e dividido em 100.000 (cem mil) cotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e distribuído da seguinte forma:

SÓCIO	COTAS	VALOR
José Roberto da Silva Sanzo	70.000	R\$ 70.000,00
Fernando Marzagão Cassaguerra	30.000	R\$ 30.000,00
TOTAL	100.000	R\$ 100.000,00

CLÁUSULA QUARTA – Do Objeto Social

A empresa tem como objetivo social a comercialização de:

- a) – Comercio Varejista de Produtos Saneantes Domissanitários;
- b) – Comercio Varejista de Produtos Descartáveis e Higiene Pessoal;
- c) – Comercio Varejista de Bebidas em geral;
- d) – Comercio Varejista de doces, balas, em geral;
- e) – Comercio Varejista de artigos de Papelaria;
- f) – Comercio Varejista de derivados do leite e alimentos em geral;
- g) – Comercio Varejista de artigos do vestuário e acessórios em geral;



- h) – Comercio varejista de Calçados em geral;
- i) – Comércio Varejista de cosméticos, produtos de perfumaria;
- j) – Comercio Varejista de Outros artigos de uso doméstico em geral,
- k) – Comércio Varejista de ferragens e ferramentas;
- l) – Comercio Varejista de produtos alimentícios em geral, ou especializados em produtos alimentícios não especificados anteriormente;

CLÁUSULA QUINTA – Do Prazo de Duração

A empresa iniciou suas atividades em 16 de setembro de 2.003, e seu prazo é indeterminado;

CLÁUSULA SEXTA – Da responsabilidade

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor do Capital Social Integralizado.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Administração

7.1. A sociedade será administrada pelos sócios **ISOLADAMENTE OU EM CONJUNTO**, sendo que estão investidos de todos os poderes de gerência necessários à administração da sociedade, podendo praticar os seguintes atos:

- (i) praticar os atos ordinários de gerência;
- (ii) representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro, bem como representação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- (iii) contratação, demissão e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do Ministério do Trabalho;
- (iv) emitir faturas;
- (v) outorga, aceitação e assinatura de contratos ou atos jurídicos em geral, com assunção de obrigações e outras cláusulas;
- (vi) abertura e encerramento de contas bancárias, emitindo, endossando e recebendo cheques e ordens de pagamento;
- (vii) aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, somente se resultantes de atividade da sociedade;



(viii) constituição de procurador ad judicia, com poderes determinados, podendo haver mais de um procurador;

(ix) constituição de procurador ad negotia com poderes determinados, podendo haver mais de um procurador;

(x) receber e dar quitação de crédito, em moedas e valores, desde que em negócios realizados pela sociedade;

(xi) receber citação em ações judiciais ou procedimentos administrativos contra a empresa propostos;

(xii) representar a sociedade perante a unidade da Secretaria da Receita Federal com jurisdição sobre o domicílio fiscal da mesma, conforme o disposto pela Instrução Normativa nº 200, de 13 de setembro de 2002.

7.2 - Os atos abaixo identificados somente poderão ser praticados com a assinatura e anuência de ambos os sócios, que atualmente representam 100% do capital social:

(i) comprar, vender, hipotecar, alienar, caucionar, transferir bens imóveis e móveis desde que pertencentes ao ativo, quotas de capital e direitos a eles relativos desde que as quotas pertençam aos outros sócios, fixando e aceitando preços de pagamento, recebendo e dando quitações, transferindo e emitindo posse e domínio e transigindo em nome da sociedade;

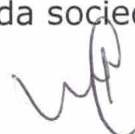

(ii) prestar avais ou fianças em favor de terceiros, desde que inerentes ao objeto social da empresa;

(iii) contratar empregados com estipulação da cláusula de indenização compensatória mais ampla que a prevista nos artigos 477 e 478 da Consolidação das Leis do Trabalho.

7.3 - É absolutamente vedado, sendo nulo e inoperante em relação à sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais.

7.4 - Nas deliberações, os sócios darão preferência à forma estabelecida no §3º, do art. 1.072, do Código Civil, sendo que poderão ser convocados consoante o disposto no §2º do mesmo artigo.

7.5 - Os sócios administradores, quando no efetivo exercício de suas funções, farão jus a uma retirada mensal a título de Pró-labore, importância está de comum acordo entre as partes, obedecidos os limites permitidos pela legislação em vigor e de acordo com as possibilidades financeiras da sociedade.



CLÁUSULA OITAVA – Do Exercício Social

O exercício social vai de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano Civil, devendo ser elaborado um Balanço Geral e uma Demonstração de Resultado do Exercício, sendo os lucros ou prejuízos apurados, divididos ou suportados pelos sócios, exceto se, havendo lucro, deliberarem os sócios a levá-lo ao Patrimônio Líquido da sociedade para posterior utilização, podendo ainda serem realizados balanços intermediários mensais, para efeito de apuração e possível antecipação de distribuição de lucros.

§ Único: Decidindo os sócios pela distribuição dos lucros, estes poderão ser adiantados mensalmente por um montante a ser fixado e distribuído de comum acordo entre eles.

CLÁUSULA NONA – Da Remuneração

Os sócios poderão fixar uma retirada mensal, a título de Pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Filiais

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outra dependência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Falecimento

Falecendo ou interditado quaisquer dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das disposições Gerais

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro



nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de São Paulo – SP para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E pôr se achar em perfeito acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença de 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, com uma via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que produza os devidos efeitos legais.

São Paulo, 11 de maio de 2023.



JOSE ROBERTO DA SILVA SANZO



FERNANDO MARZAGAO CASSAGUERRA

Testemunhas:



SEBASTIÃO BENEDITO RUDIAM
CRC/SP 199383/O-0



RAFAEL AUGUSTO SILVA RUDIAM
RG 39.675.893-9 CPF 374.963.698-29

